

Liberdade econômica: o caminho para o Brasil

Carta aberta a prefeitos e prefeitas

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) é uma instituição apartidária, presente em todos os estados, que tem como princípios a colaboração, a união, o associativismo e a cooperação. Acreditamos que esses pilares são capazes de transformar o mundo onde vivemos, em todas as esferas. Gestores públicos, como os senhores e as senhoras, têm o poder de liderar esses processos. É com base nesse raciocínio que conclamamos a todos e todas a nos juntarmos em prol de um pacto pelo empreendedorismo e pela liberdade para empreender.

Um dos caminhos é adotar – em cada município brasileiro – a Lei da Liberdade Econômica. Até o momento, apenas **1.992** municípios aprovaram um decreto da LLE impactando positivamente no desenvolvimento das cidades. E os prefeitos e prefeitas eleitos em 2024 precisam assumir esse compromisso de melhorias.

Aprovada em 2019, a lei é um marco nas relações entre empreendedores e órgãos públicos, que possibilita a geração de mais emprego e estímulo aos negócios. Ela trouxe inúmeros avanços, em especial para diminuir a burocracia e frear a interferência política.

Se antes da LLE todas as atividades econômicas precisavam de alvará para funcionar, com a legislação as atividades de baixo risco não precisam mais de autorizações para começar a gerar emprego e renda. O tempo para o registro da empresa também mudou e passou a ser preestabelecido. Em caso de atraso, a concessão na junta comercial passou a ser automática.

A LLE permite, ainda, que as empresas digitalizem documentos e descartem os originais, uma medida mais econômica, segura e sustentável. No âmbito das relações trabalhistas, é permitida maior flexibilização de aspectos como jornada de trabalho, banco de horas e remuneração variável.

Esses são apenas alguns exemplos de benefícios da Lei da Liberdade Econômica que, com o passar dos anos, acabou ficando com muitas pontas soltas, sem regulamentação, Brasil afora.

Por isso, é preciso estimular que o texto se torne realidade em cada estado e em cada cidade. Os princípios básicos da lei trazem liberdade para atividades, presunção de boa-fé do empreendedor e interferência mínima do Estado. A CACB defende que cada município implemente a lei de forma completa para desburocratizar e revogar regras que atrapalham o bom desenvolvimento da economia local.

A aprovação da LLE pode ser feita tanto pelo Executivo, via decreto, quanto pelo Legislativo com um projeto de lei.

É importante que os estados divulguem as mudanças que tanto beneficiam o desenvolvimento. Somente por meio do crescimento econômico iremos diminuir as desigualdades sociais, que tanto afligem todas as regiões do nosso país. Essa é a nossa contribuição: um chamado por um pacto nacional, de aspecto abrangente e apartidário, pela implantação completa da Lei da Liberdade Econômica.



Alfredo Cotait Neto

Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

O que muda com a LLE?

Dispensa de Alvarás:

Atividades de baixo risco não precisam mais de autorizações para começar a gerar emprego e renda.

Registro Automático:

O registro deve acontecer num prazo preestabelecido. Em caso de atraso, a concessão na junta comercial será automática.

Abuso do Poder Regulatório

Novas empresas, nacionais e estrangeiras, podem entrar no mercado com maior facilidade e previsibilidade.

Fundos de Investimento

Em caso de prejuízo financeiro de terceiros, a responsabilidade de cada investidor fica limitada ao valor de suas cotas.

Patrimônio Protegido

Agora, essa desconsideração só ocorre em casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

Teste Liberado

As empresas terão liberdade para testar novos produtos, serviços e tecnologias, com base nos melhores padrões internacionais.

Digitalização

Após regulamentação, os documentos podem ser digitalizados e os originais, descartados. É mais segurança, economia e sustentabilidade.

Ponto por Exceção

É permitido o registro de ponto do trabalhador por exceção, desde que definido anteriormente, apenas nos momentos de folgas, faltas, férias e outros. Empresas com menos de 20 funcionários ficam dispensadas da obrigatoriedade do registro de ponto.

Carteira de Trabalho

Será criada a Carteira de Trabalho Digital, e a identificação do trabalhador será pelo CPF. O empregador tem prazo de cinco dias úteis para anotar a CTPS dos trabalhadores que admitir.

eSocial e Bloco K

Novo sistema mais simplificado e eficiente, com escrituração digital fiscal, previdenciária e trabalhista.

Fiscalização a posteriori

Atividades de baixo risco não serão fiscalizadas antecipadamente.

ENTREVISTA



Cada prefeito, vereador, precisa iniciar seu mandato buscando atender demandas urgentes

Gilberto Kassab

Presidente do PSD



Foto: Divulgação PSD

Nas últimas eleições municipais, o PSD (Partido Social Democrático) fez 887 prefeitos que tomaram posse neste mês de janeiro. O número reflete um crescimento de 35% em relação ao resultado do pleito anterior (2020). Liderado por Gilberto Kassab, o partido tem em seu quadro cinco capitais (Rio de Janeiro, Florianópolis, São Luís, Belo Horizonte e Curitiba). Só a fluminense, onde o prefeito Eduardo Paes foi reeleito, o orçamento está na casa de R\$ 46 bilhões.

Em entrevista exclusiva ao CACB Informa, Kassab, que participou da Cúpula dos Líderes realizada no ano passado sob a liderança de Alfredo Cotait Neto, fala sobre as estratégias que levaram o PSD a este resultado, as ações que o partido prevê para apoiar os novos prefeitos e sobre a adoção da Lei da Liberdade Econômica (LLE), bandeira defendida pela CACB. Confira a entrevista com o secretário de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo.

CACB: Qual foi o principal diferencial estratégico que garantiu a eleição de tantos prefeitos ligados à sua base política?

Gilberto Kassab: O PSD vem se consolidando como um partido de bons quadros, de lideranças com bons projetos administrativos e legislativos. Neste ciclo eleitoral, como vem acontecendo desde a fundação da sigla, em 2011, filiamos mais lideranças em cada região e lançamos mais candidatos. Os posicionamentos das nossas lideranças, que geralmente ficam ao centro, e não nos extremos, têm a simpatia majoritária dos eleitores. São alguns dos fatores que explicam esse crescimento, eleição a eleição. O importante agora é que os eleitos, no Legislativo e no Executivo, correspondam às expectativas e realizem bons mandatos.

CACB: Como o senhor avalia o impacto da organização partidária no fortalecimento das candidaturas municipais?

GK: A organização partidária é fundamental e outra base do sucesso do PSD. Temos trabalhado desde a fundação com os nossos filiados, que lideram instâncias regionais, sejam municipais ou estaduais, sobre a importância de desenvolverem as estruturas partidárias cumprindo todas as exigências legais. É uma tranquilidade para, durante o período eleitoral, permitir que se concentre esforços em apresentar os projetos das candidaturas.

CACB: Quais foram as regiões ou cidades em que a vitória foi mais expressiva, e a que fatores o senhor atribui esses resultados?

GK: Não apenas, mas principalmente nos estados em que estamos consolidados há mais tempo, em que temos lideranças estaduais de destaque. Paraná, Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Piauí, Rio de Janeiro, agora São Paulo, entre outros. O partido cresce em praticamente todo o Brasil, desde a fundação.

CACB: Com base nessa vitória, quais são as principais prioridades políticas para os prefeitos eleitos no curto prazo?

GK: Não existe uma resposta única para essa questão. Cada prefeito, vereador, precisa iniciar seu mandato buscando atender demandas urgentes. Costumam ser necessidades em campos como Saúde, Educação. Muitas precisam de investimentos em médio e lon-

go prazo. É fundamental iniciar a implantação dos projetos com agilidade e cumprindo as exigências da legislação.

CACB: Quais estratégias serão adotadas para manter a coesão e a unidade entre os prefeitos da base, especialmente em um cenário de polarização política?

GK: Um aspecto importante é que os prefeitos devem ter autonomia para poderem identificar e adotar as estratégias para a realidade daquela cidade, daquela região. Uma norma vertical, imposta de cima para baixo, pode ser contraproducente. Ao mesmo tempo, o partido oferece experiências e exemplos administrativos através da sua fundação de estudos políticos, chamada Espaço Democrático. Estimulamos que as lideranças apresentem suas experiências de sucesso, que podem ser replicadas em outros locais.

CACB: Como o partido pretende apoiar os prefeitos eleitos na implementação de políticas públicas locais, especialmente em cidades menores?

GK: Nossas lideranças presentes nas assembleias estaduais, no Congresso Nacional e nos governos estaduais e federais são importantes para facilitar essa interlocução entre as lideranças municipais e as demais instâncias. Mas é claro que aqueles que ocupam posições nos poderes executivos fazem esse atendimento aos prefeitos de forma republicana e não partidária, ou seja, recebem e atendem igualmente prefeitos de todas as legendas. O importante é resolver as demandas da população.

CACB: Há planos para fortalecer a comunicação entre os prefeitos da base e o governo estadual/federal? Se sim, como isso será feito?

GK: A comunicação é peça fundamental para a boa gestão e não é para fazer propaganda, para falar bem da gestão ou do gestor. É para prestar contas à população sobre como está sendo gasto o dinheiro arrecadado com os impostos. As pessoas precisam saber o que está sendo, de fato, realizado. Da mesma forma, é preciso ter canais de comunicação com as demais instâncias de poder, que compartilham investimentos das três esferas nas cidades.

CACB: Quais são os maiores desafios em manter uma rede de prefeitos eficiente e integrada, considerando a diversidade das cidades e regiões?

GK: O segredo é seguir trabalhando para que o partido continue se desenvolvendo, continue tendo uma boa reputação entre a população. Ou seja, que seja um fator de estímulo aos gestores, nunca de preocupação, de desconforto.

CACB: Quais são os maiores desafios que o senhor acredita que os prefeitos eleitos enfrentarão, especialmente em áreas como Saúde, Educação e Infraestrutura?

GK: Com a experiência que tenho na gestão pública, como prefeito de São Paulo, secretá-

rio de Estado e ministro, a grande aflição é a limitação orçamentária. Os gestores precisam estabelecer prioridades de ação com o orçamento local e buscar parcerias com Estado e União, o apoio de parlamentares, para implementar os projetos prioritários.

CACB: Como o partido ou a base política planeja auxiliar os prefeitos em temas críticos como geração de emprego, mobilidade urbana e combate às desigualdades?

GK: Como disse, em linhas gerais, estimulamos que nossas lideranças compartilhem seus projetos bem-sucedidos, que podem auxiliar outras realidades.

CACB: Quais benefícios o senhor considera que a Lei da Liberdade Econômica (LLE) leva aos municípios?

GK: É uma lei que beneficia os municípios na medida em que permite que as pessoas, as empresas, empreendam e se desenvolvam, realizem investimentos com menos preocupação. Mais empresas, mais investimentos privados criam um ambiente positivo nas cidades que, em última instância, aquece a economia, aumenta arrecadação e permite a realização de mais investimentos públicos. Todos devem colher benefícios desta nova legislação, e já começamos a ver os primeiros projetos implementados nos municípios.

Lei da Liberdade Econômica pode aquecer a economia dos municípios

Caxias do Sul (RS) se beneficia da legislação há quatro anos



Foto: Ricardo Finco/Divulgação Prefeitura de Caxias do Sul

Caxias do Sul é a segunda cidade mais populosa de RS

Com 463.501 habitantes Caxias do Sul é o segundo maior município do estado do Rio Grande do Sul em população e em importância econômica. Conhecida nacionalmente pela Festa da Uva, a cidade tem também um polo industrial consolidado. As indústrias caxienses fabricam desde pequenas peças até ônibus e caminhões. E, há quatro anos, a cidade vem colhendo os resultados da Lei da Liberdade Econômica (LLE).

Em abril de 2021, a lei foi regulamentada pelo prefeito Adiló Didomenico (PSDB). Reeleito no pleito municipal de 2024, Adiló, que foi comerciante por mais de quatro décadas em Caxias do Sul, analisa os benefícios da legislação:



A LLE serve para agilizar os processos que as empresas necessitam requisitar no Poder Público. Uma das principais mudanças positivas é a liberação de atividades de empresas de baixo risco assim que o CNPJ é emitido, dispensando o alvará, como já ocorre com os Microempreendedores Individuais. Antes da LLE, era necessária vistoria da prefeitura. Para as atividades de risco médio, a vistoria é feita, mas dentro de um prazo de um ano. Além disso, a primeira vistoria será orientadora para atividades econômicas de médio risco, devendo ser lavrada notificação com prazo para adequação das irregularidades observadas. Enquanto isso, a empresa poderá permanecer aberta. Isso é uma facilidade e ajuda os empresários a empreenderem cada vez mais na nossa cidade". Adiló Didomenico

Em entrevista sobre obra recém-lançada, Alfredo Cotait fala da missão de empreender

O canal da CACB no YouTube divulgou uma entrevista exclusiva com o presidente da instituição, com detalhes sobre o livro *A Luta Pela Livre-Iniciativa*. A obra, que foi lançada durante a Cúpula de Líderes da CACB em novembro de 2024, é um reflexo de sua carreira como líder no setor empresarial e foi um dos pontos altos do evento, que reuniu empresários de destaque de todo o país para debater o futuro do empreendedorismo brasileiro.

A gravação oferece um olhar detalhado sobre a trajetória de Cotait Neto, destacando seu empenho em fortalecer as associações comerciais e sua visão estratégica para o desenvolvimento econômico do Brasil. O lançamento do livro não apenas marca um momento importante de sua carreira, mas também reafirma seu compromisso com o avanço do setor empresarial nacional.



O livro "A Luta pela Livre-Iniciativa", de Alfredo Cotait, foi apresentado durante a Cúpula de Líderes

OUTROS VÍDEOS

App CACB

Em janeiro, a CACB lançou em suas redes sociais um vídeo divulgando o aplicativo da entidade. O app coloca todas as informações, publicações, serviços e novidades da Confederação ao alcance de seus associados. Com ele, é possível acompanhar eventos, receber comunicados diretamente e acessar conteúdos exclusivos, tudo de forma prática e integrada.

Para saber ainda mais sobre o associativismo e estar cada vez mais integrado com o Sistema

CACB, acesse a loja do seu celular e baixe gratuitamente o aplicativo da CACB!

Empreender é coletivo

A CACB também está preparando uma série de vídeos que buscam inspirar jovens para o empreendedorismo. Disponível no Instagram, TikTok e YouTube e sob o título "Empreender é coletivo", o material traz dicas práticas e valiosas para quem quer começar sua jornada no mundo dos negócios.

Confira a nova campanha.

Ana Claudia Badra Cotait recebe título de Cidadã Benemérita de Brasília

Iniciativa reconhece os esforços pelo
empreendedorismo feminino



Foto: Tauan Alencar

Ana Cláudia Badra Cotait, nascida em Brasília, está há 6 anos na presidência do Conselho Nacional da Mulher Empreendedora e da Cultura

A presidente do CMEC Nacional, Ana Claudia Badra Cotait, será agraciada com o título de Cidadã Benemérita de Brasília, uma iniciativa da deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania).

A honraria é um reconhecimento de sua atuação em prol do empreendedorismo feminino e da valorização da cultura. Ana, que é nascida em Brasília, divide sua rotina de trabalho e de vida entre a capital federal e São Paulo. Ela está à frente do CMEC desde 2019 e, sob sua presidência, o conselho virou uma plataforma nacional de apoio e capacitação para mulheres empreendedoras. Atualmente o país tem mais de 850 conselhos.

No Distrito Federal, o CMEC é presidido por Beatriz Guimarães e conta com oito colegiados. O mais recente foi inaugurado no segundo semestre do ano passado, na Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), importante polo econômico de Brasília.

A deputada Paula Belmonte, que também é empresária, tem como uma de suas principais bandeiras o incentivo ao empreendedorismo. A cerimônia de outorga do título será na sede da CACB, em Brasília, no dia 11/2. Na mesma data será realizada a primeira reunião do Conselho Nacional em 2025, com a participação das 26 conselheiras estaduais.

CACB intensificou a defesa do Simples Nacional em 2024

Com participação ativa no Congresso e debates com lideranças políticas, a Confederação reforçou seu compromisso com micro e pequenas empresas



Foto: Reisy Ruzzi

Deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) foi importante porta-voz dos anseios da CACB em 2024

A primeira fase da regulamentação da Reforma Tributária marca o início de uma transformação que será implementada nos próximos anos. Essa reforma representa um dos maiores desafios estruturais da economia brasileira, com impactos significativos sobre os pequenos negócios, responsáveis por

boa parte da geração de empregos e renda no país. Nesse contexto, a CACB reafirmou sua atuação estratégica na defesa do Simples Nacional e dos interesses das micro e pequenas empresas, pilares do desenvolvimento econômico e social.



Pedro Gontijo / Presidência Senado

Roberto Ordine (ACSP) e Alfredo Cotait Neto (CACB) no plenário do Senado em conversa com o então presidente da casa, Rodrigo Pacheco, sobre os riscos da Reforma Tributária para o Simples Nacional

Atuação em audiências públicas: voz dos pequenos negócios

Ao longo de 2024, a CACB participou ativamente de audiências públicas realizadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Esses encontros foram cruciais para debater as propostas de regulamentação da Reforma Tributária e apresentar ajustes que atendessem às necessidades específicas das micro e pequenas empresas. A presença da Confederação garantiu que as preocupações do setor fossem amplamente discutidas, contribuindo para um diálogo mais equilibrado com os parlamentares.

“Ao longo de 2024, buscamos mostrar aos legisladores o impacto direto da reforma sobre o dia a dia dos empreendedores. Embora nem todas as demandas tenham sido atendidas, a previsão de revisões periódicas nos regimes

específicos nos dá a oportunidade de continuar influenciando positivamente o processo”, destacou Alfredo Cotait Neto, presidente da CACB.

Debates com lideranças políticas: construindo soluções conjuntas

Outro destaque da atuação da CACB foi a realização de ciclos de debates com lideranças políticas e representantes empresariais. Ao longo do ano, a sede da Confederação reuniu figuras influentes como os parlamentares Arthur Lira (PP-AL), Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Sérgio Moro (UNIÃO-PR) e Izalci Lucas (PL-DF), entre outros nomes. Esses encontros proporcionaram uma oportunidade de diálogo sobre a Reforma Tributária.

Os debates reforçaram a importância de políticas que simplifiquem o ambiente de negócios, reduzam a burocracia e favoreçam o crescimento sustentável dos pequenos empreendimentos.



Foto: Reisy Ruzzi

Senador Izalci Lucas (PL-DF) participou de um café da manhã, na sede da CACB, com o vice-presidente Jurídico, Anderson Trautman Cardoso

Compromisso com um ambiente tributário justo

Com essas iniciativas, a CACB reafirma sua missão de fortalecer os pequenos negó-

cios e contribuir para um sistema tributário mais equitativo e competitivo. A Confederação segue atenta e atuante, assegurando que as necessidades dos empreendedores sejam reconhecidas em todas as etapas do processo legislativo.



Foto: Reisy Ruzzi

Arthur Lira (PP-AL), quando presidente da Câmara dos Deputados, no Ciclo de Debates da CACB



Foto: Reisy Ruzzi

Cotait Neto participou de audiências públicas no Congresso Nacional para discutir o texto da Reforma Tributária



Foto: Tauan Alencar

CACB integrou a Coalizão em Defesa do Simples Nacional, uma das ações de 2024

#ConexiónVerde+ reúne líderes no Pará para impulsionar sustentabilidade e empreendedorismo

Evento promovido pelo programa AL-INVEST Verde apresentou resultados de 2024, destacou projetos de impacto e reforçou o protagonismo brasileiro em práticas sustentáveis



Fotos: Ar Produções

Durante três dias, evento proporcionou uma imersão profunda em práticas sustentáveis, oferecendo uma plataforma única para a troca de conhecimentos e experiências entre diversos setores

Entre os dias 3 e 5 de dezembro, o Pará sediou o evento #ConexiónVerde+, focado em conectar sustentabilidade e empreendedorismo. A iniciativa, promovida pelo programa AL-INVEST Verde da União Europeia, destacou a importância de redes colaborativas para en-

frentar desafios como mudanças climáticas e a gestão responsável de recursos naturais. Com uma programação intensa, o evento consolidou-se como um marco na promoção de práticas sustentáveis e no fortalecimento das economias locais com uma perspectiva global.

Ao longo dos três dias, o evento apresentou os resultados do programa em 2024, destacou projetos de maior impacto, promoveu troca de experiências, realizou visitas de campo e ofereceu oficinas temáticas. Especialistas, representantes de micro e pequenas empresas (MPEs) e líderes de organizações da América Latina e Europa participaram de atividades que abordaram soluções inovadoras e fortaleceram parcerias estratégicas. A programação também incluiu debates sobre a transição para uma economia de baixo carbono e a competitividade empresarial, reafirmando o papel do AL-INVEST Verde como ponte entre as regiões.

Destaques do evento

Entre os temas debatidos, destacaram-se o Regulamento Europeu de Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), o Pacto Verde Europeu, práticas de economia circular e soluções para combater as mudanças climáticas. O evento também abordou a implementação de iniciativas sustentáveis e a busca por alianças para impulsionar a transição verde.

Da abertura participaram Pilar Blanco-Rodríguez, da Delegação da União Europeia no Brasil; Itamar Manso, vice-presidente da CACB; Vanúsia Nogueira, diretora-executiva da Organização Internacional do Café (ICO); entre outros representantes.

“A União Europeia está comprometida com a transição verde e trabalha junto a países parceiros da América Latina. Iniciativas como o AL-INVEST Verde são fundamentais para alcançar os objetivos climáticos de 2030 e promover investimentos sustentáveis”, afirmou Pilar Blanco. Além disso, foram apresentados



Pilar Blanco-Rodríguez, especialista em projetos da União Europeia

Fotos: Ar Produções

os resultados do programa em 2024 na América Latina a partir de três pilares: práticas empresariais verdes, políticas públicas e o uso de direitos de propriedade intelectual.

O AL-INVEST Verde é dividido em três componentes. O primeiro é voltado à orientação de micro, pequenas e médias empresas para que adotem práticas mais sustentáveis. Sobre ele, o diretor do programa pela sequea, Frank Summa, destacou: “Estamos no meio do caminho, com inovações implementadas e pequenas e médias empresas cada vez mais verdes”.



Frank Summa, um dos diretores do AL-INVEST Verde, apresentando o componente 1 do programa

Fotos: Ar Produções

O segundo componente, detalhado pelo diretor Emilio Calvo e por Andrea Monaco, gestor sênior do programa, foca no desenvolvimento de políticas públicas para promover normas ambientais e trabalhistas. “Trabalhamos para criar estruturas inclusivas que permitam a transição para uma produção mais sustentável”, afirmou Calvo. Ele ainda acrescentou: “Em conjunto com os governos da América Latina, buscamos entender as necessidades de cada país e trazer soluções em colaboração com os países da União Europeia”. Esse esforço tem contribuído para fortalecer a sustentabilidade nas cadeias produtivas da região.

Mariano Riccheri, diretor de ação, responsável pela apresentação do terceiro componente, abordou o papel dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) na promoção da inovação e competitividade. “Queremos deixar um sistema mais sólido de propriedade intelectual nessa região, que se sustente e permita que, cada vez mais, pequenas e médias empresas façam parte dele”, destacou.



Emilio Calvo durante sua apresentação no #CONEXIÓNVerde+

Projetos em destaque no Brasil

No Brasil, três milhões de euros foram destinados a iniciativas lideradas por organizações como a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), Fundação Getúlio Vargas e Amigos da

Terra – Amazônia Brasileira. Um dos destaques é o desenvolvimento da plataforma de rastreabilidade Selo Verde, implementada em Minas Gerais e em expansão no Espírito Santo, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Pesca do estado.

Janayne Nunes, gestora de projetos da Aciub, falou sobre a importância do AL-INVEST Verde: “Foi fundamental para alcançar resultados tão expressivos neste projeto, permitindo que micro e pequenas empresas da nossa região recebessem capacitação, consultorias especializadas e estratégias personalizadas para adotar práticas sustentáveis.”

Carlos Rezende, superintendente da CACB, destacou a relevância do Brasil no contexto do programa: “O Brasil é o país com o maior número de indicadores na América Latina, como o volume de MPEs participantes e empregados capacitados em serviços verdes e digitais. Além da CACB, mais de 10 entidades brasileiras, como Sebrae/PA, Sebrae/RO, FGV e Aciub, foram beneficiadas. Experiências como a cadeia sustentável de cacau no Pará e a Cápsula do Marajó, que atua de forma sustentável com micro e pequenas empresas de confecção, são exemplos do protagonismo brasileiro. Realizar o evento no Brasil, futuro anfitrião da próxima COP, reforçou o país como parceiro estratégico para as ações do AL-INVEST Verde.”

Um componente do Global Gateway

O AL-INVEST Verde faz parte da estratégia Global Gateway da União Europeia, que busca promover o desenvolvimento sustentável e fomentar parcerias baseadas em transparência, equidade e altos padrões ambientais.

Ao conectar organizações e fomentar iniciativas sustentáveis, o evento #ConexiónVerde+ reforça o protagonismo do Brasil na transição para uma economia verde.

Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura (CMEC) reúne duas mil empresárias no 5º Liberdade para Empreender

O evento foi criado para fortalecer o empreendedorismo feminino



Fotos: Somniare Dani Ortiz

A quinta edição do Liberdade para Empreender propagou ideias para serem levadas ao dia a dia das empresárias

O CMEC Nacional promoveu, em São Paulo, um evento que reuniu mais de duas mil mulheres para fomentar o empreendedorismo feminino por meio de painéis, workshops, oficinas e palestras. O crescimento do movimento foi destaque: de apenas 30 CMECs ativos, a rede agora conta com 860 unidades e projeta alcançar 1,5 mil até o próximo ano, segundo Ana Claudia Badra Cotait, presidente do CMEC.

Entre os destaques, a atriz e empreendedora Giovanna Antonelli, fundadora da GiOlaser, apresentou a palestra "Discurso do Óbvio". Antonelli destacou a importância de valorizar temas óbvios, mas muitas vezes negligenciados: "No início da minha trajetória como empreendedora, os mesmos questionamentos que tive como atriz se repetiram. Nem sempre o óbvio é tão claro para todos".

Outro ponto de destaque foi o *hot seat*, momento em que participantes pré-selecionadas puderam fazer micro apresentações de até três minutos para a empresária e apresentadora Cris Arcangeli. Responsável por patrocinar e trazer os primeiros eventos de moda ao país, Arcangeli aconselhou as mulheres que se arriscaram na dinâmica sobre temas-chave recorrentes, como colaboradores, franquias e propósito. "Essa é a diferença do empreendedorismo feminino do masculino: nem sempre o foco está no lucro, e sim em impactar outras pessoas."

O evento consolidou-se como um espaço essencial para promover conexões, compartilhar experiências e fortalecer o protagonismo feminino no universo empreendedor.

Voto distrital misto: para resgatar a representatividade política no Brasil

Apontada como uma das principais bandeiras da entidade, proposta busca aproximar eleitores e eleitos, reduzir custos de campanhas e fortalecer a fiscalização parlamentar



Fotos: Relsy Ruzzi

O ex-presidente da CACB Guilherme Afif Domingos durante a Cúpula de Líderes

Uma das bandeiras que será defendida neste novo mandato de Alfredo Cotait à frente da CACB, em 2025, será o voto distrital misto. A Confederação aponta este modelo como uma solução para enfrentar a falta de representatividade política e aproximar eleitores e eleitos, uma questão que há anos fragiliza a confiança no sistema político brasileiro.

Atualmente, pesquisas apontam que 64% dos brasileiros não se lembram em quem votaram

para deputado federal, e 66% desaprovam o trabalho de seus representantes. Esse distanciamento reflete a ausência de vínculos claros entre eleitores e políticos, dificultando a fiscalização e criando um ambiente pouco propício à responsabilização.

Durante uma reunião na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o empresário Guilherme Afif Domingos destacou que essa desconexão leva os políticos a uma zona de conforto:

“A falta de vínculo entre o eleitor e seus representantes resulta em um baixo senso de responsabilização por parte dos governantes. A fiscalização, o escrutínio e a transparência são reduzidos.”

Afif também associou esse afastamento ao cenário que culminou nas manifestações de 2013, conhecidas como “Jornadas de Junho”. Esses movimentos tiveram caráter antipartidário e foram motivados pelo sentimento de falta de representatividade popular na política.

O voto distrital misto, já adotado com sucesso em países como Alemanha e Japão, surge como uma alternativa para transformar essa dinâmica. No sistema, metade das cadeiras legislativas é preenchida por candidatos eleitos diretamente em distritos geográficos, enquanto a outra metade é destinada a candidatos escolhidos proporcionalmente por listas partidárias.

Essa combinação traz benefícios importantes, como maior proximidade do representante com os eleitores de sua região, campanhas eleitorais mais econômicas e um estímulo ao foco em causas reais e locais. Além disso, o modelo favorece lideranças regionais e contribui para uma renovação política saudável.

Adotar o voto distrital misto no Brasil também é visto como um passo estratégico para combater a corrupção, uma vez que os eleitores podem fiscalizar mais facilmente os representantes eleitos. Ao mesmo tempo, o sistema promove maior eficiência no uso de recursos durante as campanhas eleitorais, reduzindo a necessidade de deslocamentos amplos e campanhas onerosas.

A CACB, que atua em mais de 2.000 municípios e tem potencial para impactar diretamente

75% da população brasileira, está mobilizando esforços para dar visibilidade ao tema e fomentar o debate. O projeto de lei para implementação do voto distrital misto já foi considerado constitucional e está em discussão no Congresso Nacional. A expectativa é que a mobilização da sociedade civil contribua para acelerar sua aprovação.



“Vivemos um momento da história em que as transformações ocorrem de forma cada vez mais rápida. Precisamos ter visão de futuro e aproveitar essa velocidade para atualizar e fortalecer nossos processos democráticos. Temos uma Justiça Eleitoral eficiente, a força dos nossos jovens, a maturidade da população mais experiente e debates já iniciados no Congresso”, afirma o presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto.

Comitê Jurídico da CACB faz balanço de 2024

Encontro enfatizou os trabalhos pela Reforma Tributária



Fotos: Reisy Ruzzi

Reunião do Comitê Jurídico da CACB, em dezembro de 2024

O ano de 2024 foi de muito trabalho para o Comitê Jurídico da CACB. Ele atuou em diversas frentes, principalmente no Congresso Nacional, acompanhando projetos de lei como, por exemplo, o do Devedor Contumaz (PL 15/2024). Mas, definitivamente, o PL que demandou mais esforços foi o 68/2024, que regulamentou a Reforma Tributária.

O Comitê Jurídico contribuiu para o debate desde o princípio. “O texto inicial não permitia o crédito aos optantes pelo Simples Nacional. A CACB fez um movimento, ainda quando tramitava a emenda constitucional, e conseguiu a modificação no dispositivo que permitiu um crédito, muito tímido, mas foi um avanço, um

crédito proporcional ao valor recolhido pelo optante do regime”, recordou Anderson Trautman Cardoso, vice-presidente jurídico da CACB.

A CACB também trabalhou e conquistou a criação da Cesta Básica Nacional e a exclusão do imposto seletivo de itens como energia elétrica e telecomunicações. Mas para Anderson, a maior vitória do grupo foi na Câmara e tratou da não-cumulatividade: “No texto da regulamentação o governo inverteu a regra constitucional e condicionou o crédito para todas as operações sendo que a Constituição condicionava exclusivamente em relação ao split payment ou o pagamento direto pelo adquirente da mercadoria do tributo incidente. Nós sen-



Fotos: Reisy Ruzzi

Márcio Fernandes, vice-presidente da FecomercioSP, participou da reunião do Comitê Jurídico ao lado de Anderson Trautman Cardoso

sibilizamos os deputados e construímos o artigo 29, que hoje está no texto e diz que só pode ter condicionado se não houver split payment ou não houver o pagamento direto pelo adquirente.”

O Comitê Jurídico Nacional da CACB, criado para alinhar a atuação política e definir posicionamentos institucionais sobre pautas jurídicas de interesse do setor empresarial, tem desempenhado um papel fundamental na análise e discussão das agendas prioritárias, desenvolvendo ideias para projetos de lei, de forma a aproximar o sistema de parlamentares e ampliar nossa atuação internacional. O objetivo é contribuir para que a legislação incentive o crescimento econômico e, desse modo, impulse o desenvolvimento social e a distribuição de renda no Brasil. O esforço visa aprimorar o ambiente de negócios e incrementar a competitividade das empresas brasileiras no mercado global, mas, sobretudo, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Em artigo publicado no portal de notícias JOTA, em junho do ano passado, o vice-presidente jurídico da CACB destacou a importância do Co-

mitê Jurídico na elaboração do texto da Reforma Tributária: “Embora não seja a reforma ideal, foi um passo significativo para a simplificação do sistema tributário brasileiro. A CACB, por meio de seu Comitê Jurídico, contribuiu para a inclusão de pontos fundamentais no texto, como a possibilidade de crédito nas aquisições realizadas por empresas optantes pelo Simples Nacional, a redução da carga tributária sobre alimentos, a criação da cesta básica nacional, o estabelecimento de um limite para a carga tributária global no novo sistema e a proibição da incidência do Imposto Seletivo sobre energia elétrica e telecomunicações, que são insumos essenciais para as atividades produtivas”.

2024 e 2025

A reunião do Comitê Jurídico foi prestigiada pela presença do vice-presidente da Fecomercio de São Paulo, Márcio Olívio da Costa Fernandes. “Nós temos o mesmo propósito que é representar o empresário no Congresso e nada mais lógico do que continuarmos de mãos dadas nessa empreitada fiscal que é a defesa do Simples Nacional, assunto relevante para o empresariado brasileiro.”

Na reunião, falou-se ainda da PEC do fim da escala 6x1. Thiago Cipriani, diretor jurídico da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), foi um dos que se manifestou sobre o tema dizendo que a entidade se posicionou totalmente contra a PEC. No entanto, a proposta não parece ser a discussão do momento. Segundo a nova gerente de Relações Governamentais e Institucionais da CACB, Karla Cinara Carmo, que foi apresentada ao Comitê, “a PEC perdeu tração no Congresso Nacional.”

Para 2025, Anderson Trautman Cardoso explicou que a principal pauta da CACB será o voto distrital e que o Comitê Jurídico seguirá firme e unido em prol do setor produtivo.

CACB na mídia



Diário do Pará

O Diário do Pará publicou uma matéria de meia página sobre o primeiro dia do #CONEXIÓNVerde+, realizado em Belém, que reuniu

mais de 200 participantes, entre autoridades, especialistas e líderes dos setores público e privado da Europa e da América Latina, para debater os desafios e oportunidades no fortalecimento de uma economia sustentável.



Brasil 61

O Brasil 61, plataforma digital que alimenta, diariamente, milhares de rádios e sites com notícias nacionais, entrevistou Alfredo Cotait Neto acerca da regulamentação da Reforma Tributária. A reportagem citou que a aprovação do texto causou insatisfação a entidades ligadas aos micros e pequenos empresários do país e que a CACB apresentou três emendas referentes ao Simples Nacional.



Diário do Comércio (SP)

O tradicional “Diário do Comércio de São Paulo” divulgou um artigo do presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto, analisando os benefícios do modelo de voto distrital. A ideia, discutida no texto, é aproximar o representante do seu eleitor. Apesar do tema não ser novo, Cotait diz que é um sistema político eleitoral com eficácia comprovada e que vigora há muitos anos em países como Alemanha e Estados Unidos: “É uma mudança comportamental, que certamente vai melhorar a qualidade do voto no Brasil”



Le Figaro

O segundo maior jornal da França, “Le Figaro”, entrevistou o presidente Alfredo Cotait Neto sobre a Reforma Tributária. Sob o título “Brasil: após trinta anos de batalha política o país finalmente adota um verdadeiro regime de IVA”, a correspondente do periódico no Rio de Janeiro, Eléonore Hughes, narra os objetivos da Reforma: “Simplificar um dos sistemas tributários mais complexos do mundo”, melhorar a transparência tributária e incentivar a adesão ao pagamento de impostos.

Na matéria, a jornalista também explica que a nova lei cria dois impostos: uma contribuição federal (CBS) e um imposto estadual e municipal (IBS). Juntas, essas taxas formarão o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Ao jornal, o presidente da CACB argumentou que o governo deveria ter feito primeiro uma

reforma administrativa “para conhecer o tamanho real do Estado e, então, implementar uma reforma tributária adequada”.

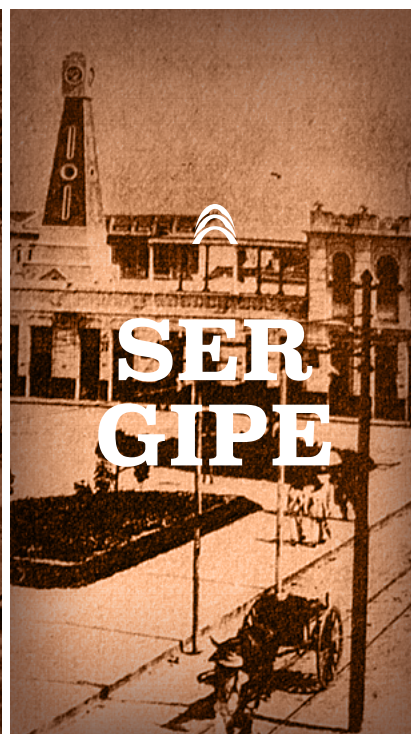
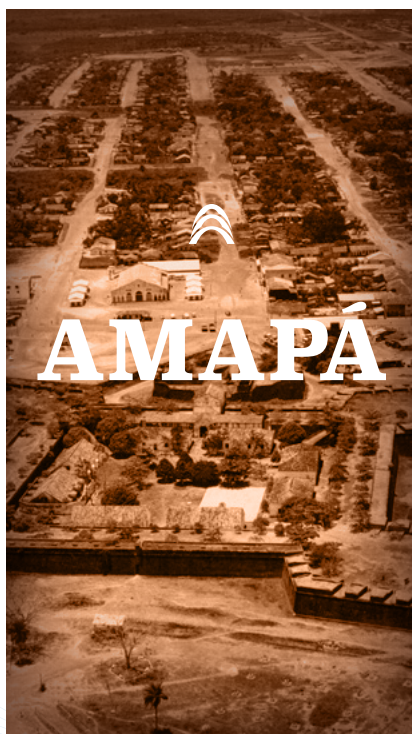
A reportagem foi publicada no site do “Le Figaro” no dia 24 de janeiro e também ouviu as opiniões de professores da Fundação Getúlio Vargas, Universidade de São Paulo (USP) e da Associação Brasileira de Laticínios (Viva Lácteos). O “Le Figaro” é um tradicional formador de opinião com 198 anos de fundação.

Le président de la Confédération des associations commerciales et entrepreneuriales, Alfredo Cotait Neto, estime qu’il aurait d’abord fallu faire une réforme administrative «pour connaître la taille réelle de l’État, afin de réaliser une réforme fiscale adaptée».

Exemplos de tradição

Dando continuidade à campanha Tradição, cujo objetivo é registrar em vídeos curtos a história do empreendedorismo em todos os estados brasileiros, revelando a força do associativismo, a CACB lançou mais três edições. Desta vez, foram contemplados os estados do Amapá, Piauí e Sergipe.

Nos filmetes, falamos um pouco da economia de cada estado, contamos a história de três empresas de forte presença regional e damos voz ao presidente da federação para falar sobre associativismo. O material está disponível para uso institucional.



- Mônica Monteiro
- Kátiuscia Sotomayor
- Maria Luisa Praxedes
- Mônica Pedroso
- Maria Eduarda Prado
- Ana Gabriela de Almeida
- Bruno Azambuja
- Gustavo Damaso
- Maurício Garotti